



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO

Campus Recife

Departamento Acadêmico de Cursos Superiores

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental

NATACHA OLIVEIRA DE LIMA

RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO
AÇÕES DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL EM ÓRGÃO DO PODER JUDICIÁRIO
Instituição: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

Recife

2026

NATACHA OLIVEIRA DE LIMA

RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO
AÇÕES DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL EM ÓRGÃO DO PODER JUDICIÁRIO
Instituição: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

Trabalho de Conclusão de Curso – modalidade estágio supervisionado apresentado a Coordenação do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Marília Regina
Costa Castro Lyra

Recife

2026

Ficha elaborada pela bibliotecária Maria do Perpétuo Socorro Cavalcante Fernandes CRB4/1666

L732r
2026

Lima, Natacha Oliveira

Relatório técnico- científico de estágio supervisionado ações de gestão
Socioambiental em órgão do poder judiciária instituição: Tribunal Eleitoral de Pernambuco./
Natacha Oliveira de Lima .--- Recife: A autora, 2026.

59f. il. Color.

Trabalho de Conclusão (Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Ambiental) –
Instituto Federal de Pernambuco, Recife, 2026.

Inclui Referências.

Orientadora: Profa. Dra. Marília Regina Costa Castro Lyra.

1. Gestão ambiental. 2. Educação ambiental. 3. Sustentabilidade. I. Título.
II. Lyra, Marília Regina Costa (orientadora). III. Instituto Federal de Pernambuco.

CDD 577.4 (21 ed.)

NATACHA OLIVEIRA DE LIMA

RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO
AÇÕES DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL EM ÓRGÃO DO PODER JUDICIÁRIO
Instituição: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

Relatório aprovado. Recife, 18/06/2026.

Profa. Dra. Marília Regina Costa Castro Lyra – Professora Orientadora
(CGAM/IFPE)

Profa. Dra. Rogéria Mendes do Nascimento – Avaliadora interna
(CGAM/IFPE)

Me. Suênia Estelina da Costa – Avaliadora externa
(TRE-PE/Assistente-Chefe)

Recife

2026

Dedico e agradeço está conquista a **Deus**, que em todos os momentos guiou meus passos e me fortaleceu ao longo desta caminhada, e à **minha família**, que sempre esteve ao meu lado com apoio, amor e incentivo. Assim como nos ensina o Salmo 23, nunca estive só: fui conduzida por caminhos de aprendizado, superação e esperança.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), pelo fomento ao meu desenvolvimento acadêmico, pelos aprendizados obtidos, experiências práticas e teóricas vivenciadas ao longo de minha trajetória de formação.

Expresso também meu agradecimento ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), sobretudo ao setor de lotação onde estive vinculada a Assistência de Gestão Socioambiental (AGS). Aos meus colegas de trabalho, às servidoras Marília Paranhos, Mércia Maria, Sandra Regina e Suênia Estelina, bem como aos demais estagiários do setor, registro minha gratidão pela confiança depositada, pelo compartilhamento de experiências profissionais e pelo incentivo ao meu desenvolvimento profissional.

Aos professores, em especial à minha orientadora, a Professora Dra. Marília Lyra, registro meu agradecimento pelas orientações recebidas, dedicação e comprometimento em me auxiliar na condução do meu trabalho de conclusão de curso.

À comissão examinadora, que ofereceram valiosas contribuições por meio de suas observações, recomendações durante a avaliação deste trabalho.

À minha família, em especial à minha mãe, Edineide Teodoro, e ao meu esposo, Walisson Ferreira, sou imensamente grata pelo suporte constante, pela confiança e pelas palavras de incentivo, que foram essenciais para a concretização desta conquista.

Aos colegas de classe, pelas amizades construídas ao longo do curso, apoio e colaboração.

“O Senhor é o meu pastor; nada me faltará.”

Salmo 23:1 – Bíblia Sagrada

RESUMO

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado realizado na Assistência de Gestão Socioambiental (AGS) do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE). Seu objetivo é descrever as ações de gestão socioambiental desenvolvidas pela instituição, em conformidade com as diretrizes e legislações vigentes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Entre as atividades executadas, destacam-se a gestão e o monitoramento da coleta seletiva, incluindo a orientação aos colaboradores quanto ao descarte ambientalmente adequado dos resíduos, colaboração na elaboração de relatórios de sustentabilidade e no plano de descarbonização, na análise de critérios de sustentabilidade aplicados às aquisições de materiais e às contratações de serviços, bem como participação em eventos e campanhas de sensibilização ambiental. A experiência proporcionou a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos ao longo da formação em Tecnologia em Gestão Ambiental, além da aprendizagem em ferramentas tecnológicas, como GHG protocol, Canva e Power BI. Além disso, contribuiu para o desenvolvimento de conhecimentos em análise de indicadores ambientais e na legislação relacionada à sustentabilidade no Poder Judiciário.

Palavras-chave: gestão ambiental; educação ambiental; sustentabilidade.

ABSTRACT

This report presents the activities carried out during the supervised internship at the Socio-environmental Management Office (AGS) of the Regional Electoral Court of Pernambuco (TRE-PE). Its objective is to describe the socio-environmental management actions undertaken by the institution in compliance with current guidelines and legislation established by the National Council of Justice (CNJ). Key activities included managing and monitoring selective waste collection such as guiding staff on environmentally appropriate waste disposal, collaborating on the preparation of sustainability reports and the decarbonization plan, analyzing sustainability criteria for material procurement and service contracting, and participating in environmental awareness events and campaigns. The experience enabled the practical application of knowledge gained during the Environmental Management Technology program and provided training in technological tools such as the GHG protocol, Canva, and Power BI. Furthermore, it contributed to the development of expertise in analyzing environmental indicators and understanding sustainability-related legislation within the Judiciary.

Keywords: waste management; environmental education; sustainability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADROS

Figura 1 —	Estação da coleta seletiva - mar/2026.....	22
Figura 2 —	Coletor de pilha e óleo de cozinha - abr/2024....	22
Figura 3 —	Coletor de cápsula de café - mar/2026.....	23
Figura 4 —	Coletores de resíduos recicláveis e não recicláveis - mar/2026.....	23
Figura 5 —	Fichas Técnicas de Enquadramento (FTEs) - mar/2026.....	27
Figura 6 —	Painel da sustentabilidade do Poder Judiciário - jun/2026.....	30
Figura 7 —	Programa Brasileiro GHG Protocol - mar/2026...	32
Figura 8 —	Entrega de materiais recicláveis para a artista plástica sustentável Ziza Pantoja- jun/2024.....	35
Figura 9 —	Mutirão de eletrônicos - jun/2025.....	36
Figura 10 —	Instalação de bombona da campanha Tampinha Solidária ao Grupo de Apoio a Crianças com Câncer de Pernambuco (GAC-PE) - ago/2024...	37
Figura 11 —	Entrega de tampinhas ao GAC-PE - jan/2025....	37
Figura 12 —	Doação de papelão à cooperativa de catadores- maio/2025.....	38
Figura 13 —	Participação na palestra sobre Justiça climática: Conexão entre Direitos Humanos e Mudanças Climáticas - jun/2024.....	39
Figura 14 —	Participação em evento realizado no Dia Mundial do Meio Ambiente - jun/2025.....	40
Figura 15 —	Participação na palestra A crise climática: uma questão cidadã? - set/2025.....	40
Figura 16 —	Adesivagem para instalação de coletores de resíduos não recicláveis - jun/2024.....	42
Figura 17 —	Ação de sensibilização para arrecadação de tampinhas plásticas no TRE-PE - set/2024.....	42

Figura 18 —	Folder de divulgação mutirão de eletrônicos - maio/2025.....	43
Figura 19 —	Folder de divulgação da Feirinha de Orgânicos - maio/2025.....	49
Figura 20 —	Ação de educação ambiental sobre coleta seletiva com terceirizados - maio/2024.....	50
Figura 21 —	Reaproveitamento de materiais – bandeiras de campanha eleitoral - jun/2025.....	53
Quadro 1 —	Indicadores do PLS - 2026.....	29
Quadro 2 —	Disciplinas com maior destaque durante o estágio - 2026.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS

IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
TRE	Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
AGS	Assistência de Gestão Socioambiental
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
PLS	Plano de Logística Sustentável
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
GEE	Gases de Efeito Estufa
ASPLAN	Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica
GAC-PE	Grupo de Apoio a Crianças com Câncer de Pernambuco
EMLURB	Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife
STJ	Superior Tribunal de Justiça
FTEs	Fichas Técnicas de Enquadramento
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

CTF/APP	Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PCA	Plano de Contratações Anual
PAC	Plano Anual de Capacitação
IDS	Índice de Desempenho de Sustentabilidade
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática
ISO	International Organization for Standardization (Organização Internacional de Normalização)
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
NBR	Normas Brasileiras
SEMAS-PE	Secretaria de Meio Ambiente, Sustentabilidade e de Fernando de Noronha
SINIR	Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
ADAPE	Feirinha da Associação dos Artesãos de Pernambuco
COOPAGRES	Cooperativa de Trabalho de Catadores de Resíduos Sólidos Recicláveis
ASCOM	Assessoria de Comunicação Social

EJE	Escola Judiciária Eleitoral
ECOS-PE	Comitê ECOS de Pernambuco
ETP	Estudo Técnico Preliminar
TR	Termo de Referência
PGRS	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO E PERÍODO DE ATIVIDADE.....	18
2.1	Instituição onde o estágio foi realizado.....	18
2.2	Setor da instituição onde o estágio foi realizado.....	18
2.3	Período em que o estágio foi realizado.....	19
3	MÉTODOS, TÉCNICAS E TECNOLOGIAS UTILIZADAS.....	20
3.1	Descrição detalhada e análises das atividades realizadas.....	21
3.1.1	Gestão e Monitoramento dos Resíduos Sólidos.....	21
3.1.2	Avaliação de critérios de sustentabilidade.....	24
3.1.3	Auxílio na elaboração do Relatório de Desempenho do PLS (2024-2025).....	28
3.1.4	Auxílio na elaboração e monitoramento do Relatório de Emissão de Gases de Efeito Estufa (2024-2025).....	31
3.1.5	Auxílio na elaboração e monitoramento do Plano de Descarbonização - ciclo 2025-2026.....	32
3.1.6	Atualização de Planilhas de destinação de resíduos, Indicadores do PLS-Jud e Lista de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.....	34
3.1.7	Acompanhamento de processos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e no Webmail.....	35
3.1.8	Participação em campanha de Sensibilização Ambientais e acompanhamento do Plano de comunicação.....	41
3.1.9	Auxílio no evento na Semana do Meio Ambiente.....	44
3.1.10	Auxílio na divulgação de Edital de Chamamento público para contratação de associação ou cooperativa de catadores de materiais recicláveis.....	44
3.1.11	Auxílio nos estudos de consumo de papel para estabelecimento de cotas.....	45

4	CONTRIBUIÇÕES DO ESTÁGIO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	46
4.1	Contribuições do estágio para a estudante.....	46
4.2	Relacionamento entre o curso e o estágio.....	47
4.2.1	Relações Interpessoais Socioambientais (1º período).....	48
4.2.2	Expressão Gráfica aplicada (1º período).....	48
4.2.3	Comunicação em Educação Ambiental (2º período).....	49
4.2.4	Legislação Ambiental (3º período).....	50
4.2.5	Políticas Públicas Socioambientais (3º período).....	50
4.2.6	Avaliação de Aspectos e Impactos Ambientais (3º período).....	51
4.2.7	Instrumentos e Sistema de Gestão Ambiental (3º período).....	51
4.2.8	Gestão de Resíduos Sólidos (4º período).....	52
4.2.9	Mudanças Climáticas (4º período).....	53
4.2.10	Planejamento Ambiental (5º período).....	53
4.3	Dificuldades e limitações.....	55
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
	REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), exerce papel central na promoção da sustentabilidade no Poder Judiciário, sendo responsável pela instituição e regulamentação do Plano de Logística Sustentável (PLS), por meio da Resolução CNJ nº 400/2021, que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. Além disso, o órgão elabora anualmente o Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, documento que reúne indicadores e análises acerca do desempenho ambiental e socioambiental dos tribunais, permitindo o acompanhamento dos resultados e a disseminação de boas práticas entre as unidades judiciárias.

O Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, em consonância com as diretrizes e compromissos estabelecidos pelo CNJ, assume a responsabilidade de implementar e executar ações voltadas à sustentabilidade em suas atividades administrativas e jurisdicionais. Nesse contexto, destaca-se a Resolução TRE-PE nº 395/2021, que institui a Política de Sustentabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, bem como a Portaria TRE-PE nº 139/2024, que dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (PLS/TRE-PE) para o ciclo 2021–2026 .

Complementando esse direcionamento institucional e em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), o conselho ampliou sua atuação na área da sustentabilidade ao instituir o Programa Justiça Carbono Zero, por meio da Resolução nº 594/2024, incentivando os órgãos do Poder Judiciário a adotarem medidas de monitoramento, redução e compensação das emissões de gases de efeito estufa. A norma não estabelece um percentual mínimo de redução das emissões, mas orienta os órgãos a promoverem sua redução progressiva e a compensarem integralmente as emissões remanescentes, com vistas ao alcance da neutralidade de carbono até 2030. O programa integra o PLS à gestão dos tribunais, prevendo a elaboração de inventários anuais de emissões e a implementação de planos de descarbonização, de modo a orientar ações voltadas à redução da pegada de carbono no âmbito do Poder Judiciário.

Este trabalho de conclusão de curso, elaborado na forma de relatório de estágio, foi desenvolvido com base nas atividades realizadas na Assistência de Gestão Socioambiental (AGS) do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE). A AGS é o setor responsável pelo monitoramento de indicadores de sustentabilidade e pela promoção de ações voltadas ao uso consciente dos recursos naturais, à ampliação da eficiência energética, à destinação ambientalmente adequada de resíduos e à adoção de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas. Essas iniciativas contribuem para o fortalecimento da cultura institucional de sustentabilidade no Tribunal, além de assegurar o cumprimento das normas ambientais vigentes.

Este trabalho teve como objetivo apresentar as ações de gestão socioambiental desenvolvidas no TRE-PE, de acordo com as legislações vigentes do Conselho Nacional de Justiça.

O estágio proporcionou a integração entre teoria e prática, possibilitando a aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo da formação acadêmica, especialmente nas áreas de educação ambiental, análise de indicadores e legislação ambiental. Entre as atividades desenvolvidas, destacam-se o monitoramento da coleta seletiva; a orientação aos cartórios e às zonas eleitorais sobre o descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados, o apoio na avaliação de critérios de sustentabilidade nas aquisições de materiais e nas contratações de serviços; o auxílio na elaboração do Relatório de Desempenho do PLS, do Relatório de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e do Plano de Descarbonização, além da participação em campanhas e eventos voltados à educação ambiental e à sensibilização de servidores, terceirizados e estagiários.

2 DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO E PERÍODO DE ATIVIDADE

2.1 Instituição onde o estágio foi realizado

Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, órgão público federal do Poder Judiciário, no segmento da Justiça Eleitoral, disponibiliza uma série de serviços voltados tanto ao público em geral quanto a profissionais e instituições envolvidas com o processo eleitoral: alistamento eleitoral, emissão de certidões, consulta à situação cadastral, cadastramento biométrico, localização de locais de votação e acompanhamento de resultados eleitorais. Além disso, oferece canais digitais de atendimento, promove mutirões de atualização cadastral e desenvolve programas de educação eleitoral, entre outras atividades institucionais.

O estágio foi realizado na antiga sede do TRE-PE, onde está localizada a AGS, no 1º andar do Anexo Ministro Djaci Falcão, situado na Avenida Rui Barbosa, nº 320, bairro das Graças, Recife/PE, CEP 52.011-040.

O TRE-PE possui estrutura descentralizada composta por 122 zonas eleitorais distribuídas por todo o estado de Pernambuco. Seu quadro funcional é formado por servidores efetivos, requisitados e colaboradores vinculados às unidades administrativas e aos cartórios eleitorais. De acordo com o Plano de Logística Sustentável de 2025, o TRE-PE conta com um corpo funcional de aproximadamente 1.171 colaboradores.

2.2 Setor da instituição onde o estágio foi realizado

O estágio foi realizado na AGS, vinculada à Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica (ASPLAN). A equipe é composta por quatro servidoras e dois estagiários sendo um do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental e outro do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

2.3 Período em que o estágio foi realizado

Vigência do estágio 17/04/2024 a 16/04/2026, no horário de segunda à sexta das 8:00 às 12:00, com carga horária de 20 horas semanais, perfazendo uma carga horária de 2042 horas.

3 MÉTODOS, TÉCNICAS E TECNOLOGIAS UTILIZADAS

Nas atribuições desempenhadas pela AGS junto ao Tribunal, destacam-se diversas atividades voltadas à promoção da sustentabilidade, consumo consciente e responsabilidade socioambiental. Entre as principais ações, incluem-se a elaboração do Relatório de Desempenho do PLS, o monitoramento dos indicadores, metas e plano de ações do PLS, o controle das emissões de dióxido de carbono geradas pelas atividades do Tribunal, bem como a elaboração do Relatório de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e do Plano de Descarbonização. Também integram suas atribuições a promoção de ações de sensibilização e capacitação em sustentabilidade, a avaliação de critérios de compras sustentáveis, a gestão adequada dos resíduos gerados, incentivando o uso consciente, a redução e a reciclagem, bem como o desenvolvimento de ações de educação ambiental voltadas à sensibilização para o uso sustentável dos recursos naturais e dos bens públicos. Destacam-se, ainda, iniciativas institucionais direcionadas à adoção de práticas ecologicamente sustentáveis durante o processo eleitoral, como a campanha “Eleição Consciente, Futuro Sustentável”, que incentiva medidas para reduzir os impactos ambientais e reforça o compromisso da instituição com a sustentabilidade.

Durante o estágio, foram desenvolvidas atividades de apoio na elaboração de relatórios, por meio da verificação da vigência das legislações aplicáveis, construção de gráficos e acompanhamento dos indicadores de sustentabilidade, inclusão de evidências no SEI como recibos de doação, pesagem dos recicláveis, registro de alguma ação realizada pela AGS ou pelo Tribunal. Também foram realizadas atividades relacionadas ao monitoramento da coleta seletiva, esclarecimento de dúvidas sobre o descarte adequado de resíduos e à identificação de possibilidades de reaproveitamento por cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, levantamento do andamento da coleta seletiva nos cartórios e zonas eleitorais do estado de Pernambuco, participação na análise de critérios de sustentabilidade, elaboração de folders para divulgação de campanhas. Durante o período eleitoral, houve contato com presidentes de partidos políticos de toda a Região Metropolitana do Recife para a veiculação de campanhas de conscientização ambiental, prestado apoio à divulgação da campanha “Tampinha Solidária”, em

benefício do Grupo de Apoio a Crianças com Câncer de Pernambuco (GAC-PE), entre outras ações socioambientais.

Para a execução das atividades, foram utilizadas ferramentas como Microsoft Word, Microsoft Excel, LibreOffice, Programa Brasileiro GHG Protocol, Canva e Power BI.

3.1 Descrição detalhada e análises das atividades realizadas

A partir das experiências vivenciadas no estágio, esta parte do trabalho descreve as principais tarefas executadas, acompanhadas de breves análises sobre como contribuíram para o desenvolvimento técnico e profissional, evidenciando a relação entre o aprendizado teórico e sua aplicação prática no ambiente de trabalho.

3.1.1 Gestão e Monitoramento dos Resíduos Sólidos

A gestão dos resíduos sólidos no TRE-PE envolve ações de segregação, monitoramento, quantificação e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados nas unidades do Tribunal. Nesse contexto, é realizado o registro da pesagem dos resíduos sólidos recicláveis nos prédios do Bongi, Cinco Pontas, Sede e Rui Barbosa. Os quantitativos de papel, papelão, plástico, vidro, metal e recicláveis misturados compõem o PLS-Jud é o sistema informatizado do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) utilizado para monitorar o Plano de Logística Sustentável (PLS) dos tribunais brasileiros. Além disso, sempre que possível, é realizado o monitoramento da coleta seletiva em intervalos quinzenais, com o objetivo de verificar a necessidade de reposição de coletores e avaliar as condições das estações de coleta. Esse acompanhamento ocorre principalmente nos prédios da Sede e Rui Barbosa, em razão da logística de deslocamento entre as unidades.

A Figura 1 apresenta uma das estações de coleta seletiva utilizadas pelo Tribunal. Os resíduos recicláveis segregados são recolhidos semanalmente pela Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife (EMLURB) e posteriormente destinados às cooperativas de reciclagem. Já os resíduos não recicláveis, são encaminhados para a coleta convencional realizada pela Prefeitura do Recife.

Figura 1 – Estação da coleta seletiva - mar/2026



Fonte: A autora (2026).

Além das estações de coleta seletiva, o Tribunal disponibiliza coletores específicos para o descarte de pilhas alcalinas e baterias, bem como uma bombona destinada à coleta de óleo de cozinha usado, como ilustrado na Figura 2. Também são disponibilizados coletores para o descarte de cápsulas de café nas unidades que possuem esse tipo de equipamento, como demonstrado na Figura 3. Os coletores para resíduos não recicláveis encontram-se estrategicamente posicionados próximos às estações de coleta seletiva e nas áreas que dispõem de copas, facilitando a segregação adequada dos resíduos e contribuindo para a efetividade da gestão ambiental da instituição.

Figura 2 – Coletor de pilha e óleo de cozinha - abr/2024



Fonte: A autora (2024).

Figura 3 – Coletor de cápsula de café - mar/2026



Fonte: A autora (2026).

Também foram implantados nas salas apenas dois coletores de resíduos: um destinado aos resíduos recicláveis e outro aos resíduos não recicláveis, conforme apresentado na Figura 4. Essa medida contribui para a redução da geração de resíduos e também evita que os colaboradores terceirizados responsáveis pela coleta realizem esforços repetitivos durante o recolhimento.

Figura 4 – Coletores de resíduos recicláveis e não recicláveis - mar/2026



Fonte: A autora (2026).

Durante a Semana do Meio Ambiente, realizada anualmente, ocorre o Mutirão de Eletrônicos, uma ação destinada ao recolhimento de resíduos eletroeletrônicos e outros materiais inservíveis, como pilhas alcalinas, baterias, mídias digitais (CDs, DVDs e disquetes), equipamentos de informática, toners, entre outros. Esses materiais são encaminhados à REEECycle, empresa de impacto socioambiental que atua nos segmentos de gestão, remanufatura e manufatura reversa de equipamentos eletroeletrônicos, promovendo a destinação ambientalmente adequada desses resíduos. Além do mutirão, materiais eletroeletrônicos inservíveis também podem ser encaminhados à REEECycle ao longo do ano, conforme a demanda do Tribunal. Eventualmente, alguns materiais, como CDs, DVDs e disquetes, são doados à artista plástica sustentável Ziza Pantoja, que os reutiliza na produção de obras voltadas à arte sustentável. Já os materiais têxteis, como togas utilizadas por magistrados e bandeiras apreendidas durante as eleições, são destinados a uma associação de costureiras, que promove sua reutilização por meio da confecção de novos produtos, agregando valor social e ambiental ao processo de destinação desses materiais.

O Tribunal mantém Acordo de Cooperação Técnica com uma cooperativa de reciclagem responsável pelo recebimento de materiais recicláveis em grandes volumes. Essa parceria é acionada em situações específicas, como na destinação de cabines de votação e outros materiais cuja coleta apresenta dificuldades operacionais pela EMLURB. As evidências referentes à destinação dos materiais, como recibos de pesagem e termos de doação, são registradas e arquivadas no SEI. Outra atribuição da AGS consiste em realizar o levantamento da situação da coleta seletiva nos cartórios e zonas eleitorais de Pernambuco, com o objetivo de diagnosticar as condições existentes e identificar as próximas unidades a serem contempladas com a implantação do sistema de coleta seletiva.

3.1.2 Avaliação de critérios de sustentabilidade

Na avaliação dos critérios de sustentabilidade, o CNJ orienta que os tribunais adotem práticas sustentáveis em suas aquisições e contratações de bens e serviços, com o objetivo de promover uma gestão pública mais eficiente e reduzir os impactos

ambientais. Essas diretrizes abrangem aspectos econômicos, sociais e ambientais, incluindo a racionalização do uso de recursos, a destinação ambientalmente adequada de resíduos, a redução das emissões de carbono e a adoção de práticas inclusivas, alinhando a atuação do Poder Judiciário às políticas nacionais de sustentabilidade e aos ODS.

No TRE-PE para realização de compras sustentáveis observa aspectos relacionados ao impacto ambiental, à sustentabilidade, aos critérios sociais, ambientais e culturais, à acessibilidade e à saúde, contribuindo especialmente para o alcance dos ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, como parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Eles representam um plano global voltado à promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma equilibrada.

Ao incorporar esses critérios em suas aquisições e contratações, o Tribunal busca promover contratações públicas mais sustentáveis e eficientes, minimizando os impactos ambientais negativos e contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável por meio do cumprimento de metas comuns.

Essa avaliação é realizada com base na Política de Sustentabilidade do TRE-PE, no Plano de Logística Sustentável (PLS), no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, no Guia Prático de Licitações Sustentáveis do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e nas Fichas Técnicas de Enquadramento (FTEs), disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A consulta às FTEs permite avaliar o potencial poluidor dos materiais e serviços a serem contratados, bem como verificar a necessidade de registro da empresa no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), assegurando a conformidade das contratações com a legislação ambiental vigente. Dessa forma, busca-se minimizar os impactos ambientais decorrentes das aquisições e promover práticas alinhadas aos princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental.

Um exemplo de aplicação das (FTEs), refere-se à aquisição de estrutura metálica do tipo Grid/Backdrop, conforme apresentado na Figura 5, nesse caso o produto enquadra-se na 3ª categoria: Indústria Metálica - especificamente na Ficha 3.9 – Fabricação de estruturas metálicas, com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia. Essa atividade é classificada como de alto potencial poluidor, abrangendo a fabricação de estruturas metálicas. Dessa forma, para a aquisição do referido item, torna-se necessária a apresentação do CTF/APP, pela empresa vencedora do processo licitatório.

Figura 5 – Ficha Técnicas de Enquadramento (FTEs) - mar/2026

23/06/2026, 22:01

SEI/IBAMA - 15075180 - Ficha Técnica de Enquadramento

 IBAMA M M A					
Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP					
FICHA TÉCNICA DE ENQUADRAMENTO					
Código:	3 – 9	Descrição:	Fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia		
Versão FTE:	1.3	Data:	05/05/2023		
PP/GU:	Alto	Tipo de pessoa:	Pessoa jurídica:	Sim	Pessoa física: Não
A descrição compreende:					
- a fabricação de andaimes tubulares; - a fabricação de edificações pré-fabricadas de metal; - a fabricação de elementos modulares para exposições; - a fabricação de estruturas metálicas; - a montagem de estruturas metálicas, quando executada pela unidade fabricante; - a fabricação de andaimes tubulares; - a fabricação de armações metálicas para a construção civil; - a fabricação de caldeiras geradoras de vapor para aquecimento central; - a fabricação de caldeiras geradoras de vapor para usos diversos; - a fabricação de cilindros para extintores de incêndio e semelhantes; - a fabricação de economizadores, cilindros coletores e outros equipamentos auxiliares para utilização com geradores de vapor; - a fabricação de edificações pré-fabricadas de metal; - a fabricação de elementos modulares para exposições; - a fabricação de estruturas metálicas para edifícios, galpões, silos, pontes, viadutos e outras construções semelhantes; - a fabricação de estruturas metálicas para torres de transmissão de energia elétrica, para antenas transmissoras de comunicação e para extração de petróleo, etc.; - a fabricação de obras de caldeiraria pesada para a indústria da construção naval (painéis de escotilha, mastros tubulares, etc.); - a fabricação de obras de caldeiraria pesada para a indústria de veículos ferroviários; - a fabricação de obras de caldeiraria pesada para aplicações em hidrovias e hidrelétricas (grades, limpa-grades, condutos forçados, comportas, bifurcações, etc.); - a fabricação de obras de caldeiraria pesada para aplicações industriais não especificadas; - a fabricação de obras de caldeiraria pesada para as indústrias mecânica, química, siderúrgica, etc. (turbinas, colunas de processamento, moinhos, fornos, vasos de pressão e semelhantes); - a fabricação de peças e acessórios de tanques, reservatórios e caldeiras para aquecimento central; - a fabricação de peças e acessórios para caldeiras geradoras de vapor para usos diversos; - a fabricação de reatores nucleares;⁽¹⁾ - a fabricação de reatores nucleares, partes, peças e componentes da metalurgia convencional; - a fabricação de recipientes metálicos para gases comprimidos e liquefeitos, de qualquer capacidade; - a fabricação de tanques e reservatórios cilíndricos, de teto fixo, flutuantes, etc., para armazenamento e processamento de materiais; - a fabricação de tanques e reservatórios para combustíveis, lubrificantes, gás comprimido e gás liquefeito, etc.; - o depósito para estocagem, no mesmo estabelecimento industrial em que ocorra a sua utilização, de produto perigoso que seja matéria-prima, insumo ou fonte de energia de processo industrial; - o depósito de resíduos perigosos, no mesmo estabelecimento em que ocorra a sua geração, e que serão expedidos para tratamento, destinação ou disposição; - o tratamento de efluentes industriais no próprio estabelecimento industrial gerador de efluentes.					
<i>É obrigada à inscrição</i> no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, declarando a atividade cód. 3 – 9, a pessoa jurídica que exerça atividade, em caráter permanente ou eventual, ou constitua empreendimento, conforme descrições no campo acima.					
A descrição não compreende:					
(Para descrições com código em parênteses, consulte as respectivas FTE.)					
- a fundição e refino de urânio (3 – 3); - a fabricação de artefatos diversos de serralheria e caldeiraria leve (3 – 10); - os serviços industriais de corte e dobra de metais (3 – 10); - a fabricação de esquadrias de metal (portões, marcos e batentes, grades, portas metálicas onduladas, portas corta-fogo, etc.) (3 – 10); - a fabricação de caldeiras geradoras de vapor e de máquinas a vapor para embarcações, com ou sem caldeira (4 – 1); - a fabricação de caldeiras geradoras de vapor para locomotivas (4 – 1); - a fabricação de contêineres (6 – 1); - a construção de estruturas flutuantes (desembarcadouros, diques, pontões, boias, etc.) (6 – 3); - a construção de plataformas de perfuração de petróleo (6 – 3); - a fabricação de balsas infláveis e depósitos flutuantes (6 – 3); - a elaboração de combustíveis nucleares (15 – 1); - a elaboração de combustíveis nucleares a partir de material reutilizável (15 – 1); - a fabricação de elementos combustíveis (cartuchos), não irradiados, para reatores nucleares (15 – 1); - a produção de elementos radioativos para uso industrial (15 – 1); - o enriquecimento de urânio e tório (15 – 1); - a fabricação de urânio enriquecido ou empobrecido e seus compostos; outros elementos, isótopos e compostos radioativos (15 – 1); - a produção de radiofármacos em instalação nuclear de reator nuclear (15 – 12); - a usina nucleoeletrônica (17 – 1);					

https://sei.ibama.gov.br/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=998878&id_documento=16674500&infra_hash=76fd87c3f4fcab43... 1/3

Fonte: IBAMA. Ficha técnica de enquadramento (2026).

Quando a FTE apresentar a indicação “a descrição não compreende”, entende-se que o material ou serviço avaliado não está sujeito àquela atividade potencialmente poluidora específica, não sendo exigida a comprovação de registro no CTF/APP para aquele enquadramento, devendo-se, contudo, realizar a devida análise de enquadramento em outras categorias aplicáveis, quando necessário.

3.1.3 Auxílio na elaboração do Relatório de Desempenho do PLS (2024-2025)

O relatório foi elaborado com base nas diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 400/2021 do CNJ, que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade no Poder Judiciário, o PLS encontra-se integrado aos instrumentos de gestão do Tribunal, incluindo o Planejamento Estratégico Institucional (PEI), o Plano de Contratações Anual (PCA) e o Plano Anual de Capacitação (PAC). Além disso, suas ações estão alinhadas aos ODS da Agenda 2030 da ONU.

Os indicadores e metas do PLS do TRE-PE são estabelecidos de forma diferenciada para anos eleitorais e não eleitorais, considerando as particularidades das atividades desenvolvidas pela Justiça Eleitoral. Nos anos eleitorais, há um aumento significativo das ações relacionadas à organização e à realização das eleições, o que impacta diretamente o consumo de recursos naturais, materiais e serviços.

Foi realizado o acompanhamento e a análise dos indicadores do PLS. Para isso, as unidades encaminhavam mensalmente seus relatórios à AGS, cujos dados eram consolidados em planilhas para avaliação do desempenho dos indicadores e do cumprimento das metas estabelecidas. A análise permitia identificar os resultados alcançados, apontando quais metas haviam sido atingidas e quais ainda se encontravam em andamento. Essa atividade possibilitou observar de perto o compromisso do TRE-PE com a redução dos impactos ambientais, a otimização dos recursos públicos e o fortalecimento das práticas de sustentabilidade, em consonância com os objetivos institucionais e com os ODS.

O Quadro 1 a seguir apresenta os indicadores contemplados no Relatório de Desempenho do PLS.

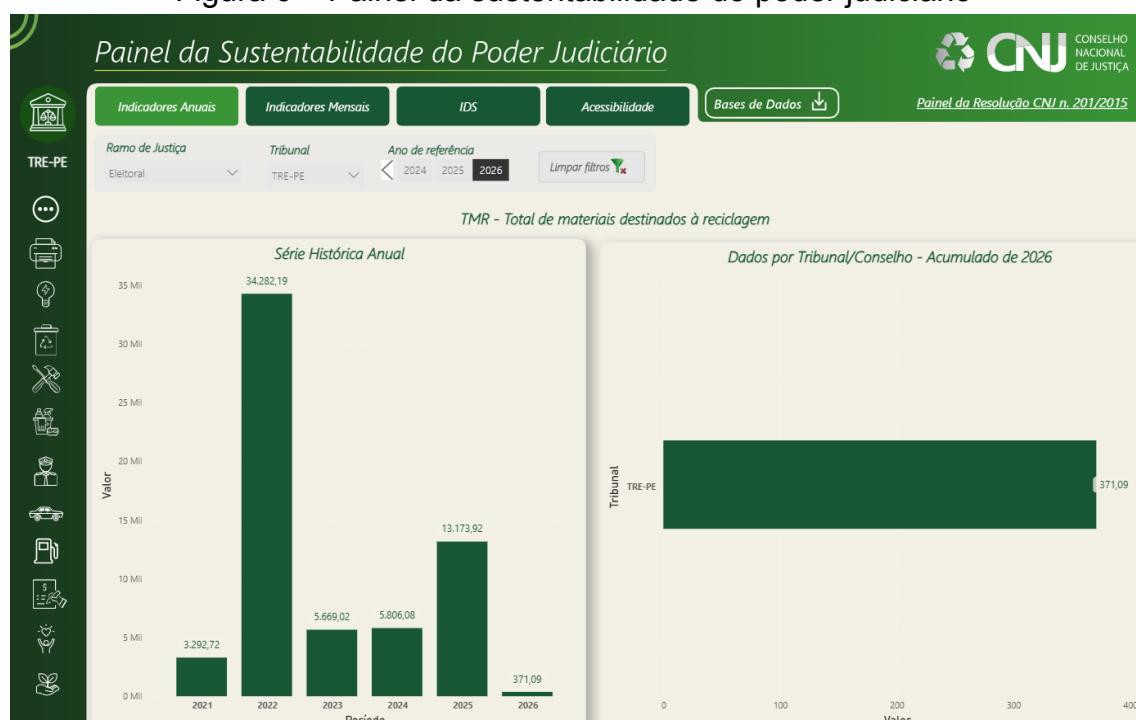
Quadro 1 – Indicadores do PLS

Indicador	Descrição
Papel	Índice de redução do consumo de resmas em relação ao ano base
Copos Descartáveis	Consumo e metas de redução
Água Envasada	Consumo e percentual de redução alcançado
Impressão	Racionalização do uso e custos com impressões
Energia Elétrica	Manutenção ou redução do consumo em relação a anos anteriores
Água e Esgoto	Histórico do consumo e metas
Gestão de Resíduos	Dados sobre destinação, reciclagem e descarte correto
Reformas e Construções	Monitoramento de obras sustentáveis
Telefonia	Gastos e consumo
Veículos e Combustível	Uso, quilometragem, consumo e custos
Aquisições e Contratações Sustentáveis	Compras que atendem critérios socioambientais
Descarbonização	Ações e medidas adotadas para reduzir emissões de gases de efeito estufa
Qualidade de vida	Ações voltadas ao bem-estar no ambiente de trabalho
Capacitação em Sustentabilidade	Treinamentos e ações educativas sobre o tema

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

De acordo com a Resolução TRE-PE nº 395/2021, os resultados dos indicadores e das ações previstas no PLS são avaliados quadrimestralmente pela Comissão Gestora do PLS e consolidados na planilha de mensuração de indicadores. A norma também estabelece que os dados dos indicadores devem ser registrados no sistema PLS-Jud, disponibilizado pelo CNJ, com a finalidade de padronizar o envio das informações e subsidiar a análise do Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), indicador utilizado para avaliar o desempenho socioambiental dos órgãos do Poder Judiciário (TRE-PE,2021). A Figura 6, apresenta o Painel da Sustentabilidade do Poder Judiciário, que reúne informações do Balanço da Sustentabilidade, incluindo a série histórica da quantidade de materiais destinados à reciclagem pelo TRE-PE.

Figura 6 – Painel da sustentabilidade do poder judiciário



Fonte: CNJ Balanço Socioambiental (2025).

Nesse painel, é possível verificar todos os indicadores do PLS apresentados no Quadro 1, citado anteriormente, bem como indicadores anuais, indicadores mensais, do IDS e de acessibilidade.

3.1.4 Auxílio na elaboração e monitoramento do Relatório de Emissão de Gases de Efeito Estufa (2024-2025)

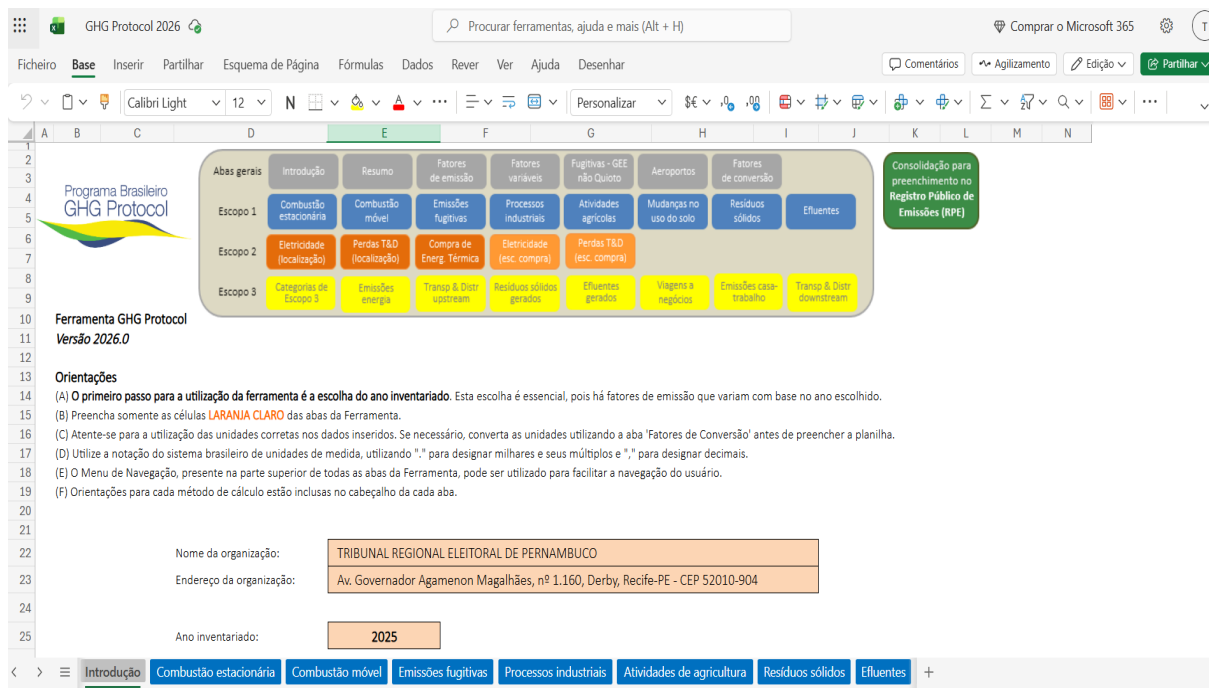
O Relatório de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) consiste em um inventário que mensura e registra as emissões decorrentes das atividades do TRE-PE, fornecendo um diagnóstico ambiental que serve de base para a definição de estratégias de redução das emissões. Em consonância com a Resolução CNJ nº 594/2024, que instituiu o Programa Justiça Carbono Zero, o TRE-PE vem desenvolvendo ações destinadas à redução de suas emissões de gases de efeito estufa, com o objetivo de alcançar a neutralidade de carbono até 2030. O relatório contempla 122 zonas eleitorais, distribuídas em aproximadamente 25 unidades localizadas em 58 municípios, incluindo imóveis pertencentes ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco que sediam Cartórios Eleitorais. A elaboração do inventário segue a metodologia do GHG Protocol, reconhecida internacionalmente e alinhada às diretrizes da International Organization for Standardization (ISO), às metodologias de quantificação desenvolvidas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) e à norma ABNT NBR ISO 14064-1:2022, publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que estabelece princípios e requisitos para a quantificação, o monitoramento, a elaboração de relatórios e a verificação das emissões e remoções de gases de efeito estufa em organizações.

Entre as principais informações apresentadas no Relatório de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), destacam-se as emissões classificadas nos Escopos 1, 2 e 3, como ilustrado na Figura 7. O Escopo 1 contempla as emissões diretas geradas pelas atividades do Tribunal, relacionadas principalmente ao consumo de combustíveis da frota de veículos e dos geradores de energia, bem como às emissões provenientes dos sistemas de refrigeração e combate a incêndio. O Escopo 2 abrange as emissões indiretas associadas ao consumo de energia elétrica utilizada nas unidades do TRE-PE. Já o Escopo 3 engloba outras emissões indiretas decorrentes de atividades realizadas por terceiros, incluindo serviços de transporte, tratamento de resíduos e efluentes, além de viagens a trabalho realizadas por meio de transporte aéreo.

As atividades desenvolvidas incluíram a inserção dos dados de emissões fornecidos pelas unidades no programa GHG Protocol, bem como a conferência das

informações por meio da comparação com os resultados do inventário do ano anterior e da validação dos dados em conjunto com os demais integrantes da equipe, visando garantir a consistência das informações e a obtenção dos resultados finais do inventário.

Figura 7 – Programa brasileiro GHG Protocol - mar/2026



Fonte: A autora (2026).

Para o inventário de 2025, foi realizada uma capacitação com foco no Plano de Descarbonização e no correto lançamento de dados no sistema, visando maior precisão na mensuração das emissões geradas pelo Tribunal. A estagiária participou como ouvinte.

3.1.5 Auxílio na elaboração e monitoramento do Plano de Descarbonização - ciclo 2025-2026

O Plano de Descarbonização ciclo 2025-2026 é um instrumento de planejamento que utiliza os resultados desse inventário para definir metas, ações e estratégias voltadas à redução, mitigação e compensação das emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para o alcance da neutralidade de carbono. Segue as diretrizes da Resolução CNJ nº 594/2024, a qual instituiu o Programa Justiça

Carbono Zero. Utiliza a metodologia do GHG Protocol e à norma ABNT NBR ISO 14064-1:2022.

Algumas ações adotadas para redução de GEE do TRE-PE

Escopo 1:

- Abastecimento de veículos com motores flex, exclusivamente com etanol;
- Adoção de viagens compartilhadas;
- Aquisição 3 veículos elétricos e 2 veículos híbridos, em substituição a 5 carros convencionais;

Escopo 2:

- Substituição total de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED;
- Estudos para implantação de painéis de energia fotovoltaica;

Escopo 3:

- Priorizar a participação dos servidores e servidoras em eventos cuja modalidade seja online, via web;
- Campanhas de sensibilização voltadas à redução da geração de resíduos e à promoção do descarte ambientalmente adequado dos materiais recicláveis;
- Cota de papel para todas as unidades administrativa;
- Manutenção predial e reparo imediato de quaisquer vazamentos, assim como o uso de descargas de duplo acionamento e torneiras com fechamento automático;
- Aplicação de critérios de sustentabilidade nas contratações do tribunal;
- Entre outras ações.

Contribuir na inserção de dados no programa GHG Protocol, realizando a conferência, comparação e análise das informações em conjunto com os demais membros da equipe, com o objetivo de garantir a consistência dos dados e a obtenção dos resultados finais do inventário. Participação em campanhas de sensibilização ambiental, auxílio na realização de cotação de papel para todas as unidades administrativas e na avaliação de critérios de sustentabilidade nas aquisições, contratações e locações de serviços.

3.1.6 Atualização de Planilhas de destinação de resíduos, Indicadores do PLS-Jud e Lista de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis

A Planilha de Destinação de Resíduos por Cooperativa: é um instrumento utilizado para registrar a pesagem dos resíduos sólidos recicláveis gerados nos prédios do Tribunal que possuem coleta seletiva, bem como dos materiais destinados às cooperativas. Entre os resíduos monitorados estão papel e papelão, plástico, metal, vidro e recicláveis mistos .

A Planilha de Indicadores do PLS-Jud: Consistem no registro e na atualização dos dados relacionados aos indicadores de sustentabilidade do Plano de Logística Sustentável de cada tribunal, conforme a Resolução CNJ nº 400/2021. Posteriormente, essas informações são encaminhadas ao CNJ e disponibilizadas no Painel do Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário. São monitorados mensalmente indicadores relacionados ao consumo de papel, copos descartáveis, água envasada, impressão, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos (papel, plástico, metal, vidro e coleta geral), telefonia, veículos, combustíveis, aquisições e contratações (cuja análise é realizada por demanda), ações de qualidade de vida, capacitações em sustentabilidade e ações de equidade e diversidade. Alguns indicadores são acompanhados mensalmente, porém sua contabilização ocorre de forma consolidada ao final do período anual. Entre eles, destacam-se os indicadores relacionados à reforma e construção, descarbonização, equipamentos e suprimentos de impressão, resíduos eletrônicos, destinação de pilhas alcalinas e baterias, resíduos de serviços de saúde, resíduos provenientes de reformas e construções, além de indicadores referentes à frota institucional, como quilometragem dos veículos e consumo de combustíveis (gasolina, etanol e diesel)

A Planilha de Lista de Associações e Cooperativas de catadores de materiais recicláveis: Consiste na atualização das informações referentes às cooperativas e associações de reciclagem, realizada por meio de consultas aos sites da Secretaria de Meio Ambiente, Sustentabilidade e de Fernando de Noronha (SEMAS-PE), ao Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR) e a pesquisas complementares realizadas na internet .

3.1.7 Acompanhamento de processos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e no Webmail

Entre as principais atividades relacionadas ao acompanhamento de processos, estão: Comunicar o recebimento de novos processos, realizar a abertura daqueles destinados aos estagiários ou quando devidamente autorizado. Entre os processos do SEI acompanhados pela AGS e atribuídos aos estagiários destacam-se:

Evidências de descarte de eletrônicos, suprimentos de impressão, pilhas e baterias: Registram-se recibos de doação de resíduos, como no caso dos materiais destinados à artista plástica sustentável Ziza Pantoja. A Figura 8 apresenta a entrega de materiais recicláveis, entre os quais se destacam CDs, DVDs, disquetes e outros materiais passíveis de reciclagem.

Figura 8 – Entrega de materiais recicláveis para a artista plástica sustentável Ziza Pantoja - jun/2024



Fonte: A autora (2024).

Recibos de doação de equipamentos de impressão como cartuchos, toners, pilhas alcalinas, baterias entre outros materiais eletrônicos também são registrados nesse processo do SEI. A Figura 9 apresenta os materiais recolhidos durante o Mutirão de Coleta de Eletrônicos.

Figura 9 – Mutirão de eletrônicos - jun/2025



Fonte: A autora (2025).

Ações Equidade e Diversidade: Registro das ações de sensibilização e capacitação voltadas à igualdade de gênero e diversidade, tema equidade e diversibilidade. Como no Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, Roda de conversa sobre Discriminação e Assédio, entre outros.

Ações Solidárias: São registradas publicações referente à temática das ações solidárias como campanha da Tampinha Solidária, Figura 10, evidências da entrega das tampinhas ao GAC-PE Figura 11, campanha de doação de sangue e da divulgação da feirinha da Associação dos Artesãos de Pernambuco (ADAPE).

Figura 10 – Instalação de bombona da campanha Tampinha Solidária ao Grupo de Apoio a Crianças com Câncer de Pernambuco (GAC-PE) - ago/2024



Fonte: A autora (2024).

Figura 11 – Entrega de tampinhas ao GAC-PE - jan/2025



Fonte: A autora (2025).

Ações de Qualidade de Vida: Nesse SEI ficam registradas a lista de frequência da quantidade de servidores que participaram do serviço de Quick massage, Programa de Promoção da Aposentadoria, informativo sobre Outubro Rosa e Setembro Amarelo.

Destinação de Resíduos: Registro e lançamento dos dados do Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRE-PE relacionados à destinação de resíduos. Evidências do registro das pesagens dos resíduos sólidos recicláveis, realizadas nas unidades que possuem coleta seletiva, como Bongüi, Cinco Pontas, Rui Barbosa e Sede, incluindo o Casarão, anexo vinculado ao prédio-sede. Também constam recibo de doação referente a coleta de óleo de cozinha usado, destinado para a empresa ASA Indústria e Comércio, além do recibo de doação com a pesagem referente a quantidade de tampinhas plásticas arrecadadas na campanha do GAC-PE. No ano de 2025, destacou-se a doação de aproximadamente cinco toneladas de papelão (4.937 kg) à Cooperativa de Trabalho de Catadores de Resíduos Sólidos Recicláveis (COOPAGRES). O material, sem utilização, era oriundo de antigas cabinas de votação, substituídas em razão da modernização das urnas eletrônicas, bem como de pastas do tipo AZ, ambos destinados à mesma cooperativa (Figura 12).

Figura 12 – Doação de papelão à cooperativa de catadores - maio/2025



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (2025).

Ações de Sensibilização em Sustentabilidade: Consta a realização de ações promovidas pela AGS, bem como publicações de cunho ambiental, em conformidade com o Plano de Comunicação da assistência, em parceria com a Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), unidade responsável pela divulgação de matérias no site do TRE-PE e na intranet.

Entre as iniciativas desenvolvidas, destacam-se as publicações alusivas ao Dia Mundial da Educação Ambiental e as informações sobre o mutirão eletrônico. A Figura 13 apresenta a participação em uma palestra realizada em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente ocorrido no ano de 2024, o tema da palestra foi sobre “Justiça Climática: conexão entre direitos humanos e mudanças climáticas”.

Figura 13 – Participação na palestra sobre Justiça climática: Conexão entre Direitos Humanos e Mudanças Climáticas - jun/2024



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (2024).

Já em 2025, houve participação na palestra “Conscientização e Gestão Sustentável das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)”, Figura 14. É uma apresentação especial do Projeto Litro Lino, desenvolvido em escolas públicas de Caruaru pelo educador musical Samuel Soares. Utilizando violinos confeccionados a partir de garrafas PET e cabos de vassoura, o projeto alia música e consciência ambiental, envolvendo crianças do ensino fundamental em práticas artísticas sustentáveis.

Figura 14 – Participação em evento realizado no Dia Mundial do Meio Ambiente - jun/2025



Fonte: A autora (2025).

Destaca-se ainda a campanha “PLS em Foco”, iniciativa que possibilitou aos servidores compreenderem o Plano de Logística Sustentável (PLS) do Tribunal de forma mais clara e acessível, por meio da divulgação de vídeos na intranet. Além disso, houve participação no evento “19ª Primavera dos Museus”, realizado na Escola Judiciária Eleitoral (EJE), ocasião em que a AGS foi convidada a ministrar a palestra “A crise climática: uma questão cidadã?”, direcionada a estudantes de escola pública Figura 15.

Figura 15 – Participação na palestra A crise climática: uma questão cidadã? - set/2025



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (2025).

Acompanhamento do Webmail: Realiza-se o acompanhamento diário dos e-mails direcionados à AGS, bem como o atendimento e a resposta às mensagens contendo dúvidas relacionadas à sustentabilidade. Grande parte das demandas é proveniente dos cartórios eleitorais, que buscam orientações acerca da destinação adequada de resíduos sólidos, recicláveis e não recicláveis, além de informações sobre a existência de cooperativas, associações e catadores próximos às respectivas unidades eleitorais.

3.1.8 Participação em campanha de Sensibilização Ambientais e acompanhamento do Plano de comunicação

Foram realizadas ações de adesivagem e implantação de coletores destinados ao descarte de resíduos não recicláveis nas copas e em áreas adjacentes às estações de coleta seletiva, Figura 16. A medida tem como objetivo evitar o descarte inadequado de materiais como restos de alimentos, borra de café, chicletes, sachês de chá, papel-toalha, guardanapos e similares nos recipientes destinados à reciclagem, promovendo a correta segregação dos resíduos e aumentando a eficiência da gestão de resíduos sólidos. Sempre que novos coletores são implantados, é realizada uma ação de sensibilização em todas as salas do Tribunal, com orientações direcionadas a servidores, terceirizados e estagiários sobre a utilização adequada dos recipientes. Também foram implantados coletores específicos para cápsulas de café nos setores que possuem esse tipo de cafeteira.

Figura 16 – Adesivagem para instalação de coletores de resíduos não recicláveis - jun/2024



Fonte: A autora (2024).

Campanha Tampinhas Solidárias: Realizada em parceria entre o TRE-PE e o Grupo de Apoio a Crianças com Câncer de Pernambuco (GAC-PE), a campanha tem como objetivo arrecadar tampinhas plásticas provenientes de embalagens de produtos de cozinha, limpeza e higiene pessoal, que posteriormente revertida em recursos para a instituição do GAC. A Figura 17 apresenta uma ação realizada para a arrecadação desse material.

Figura 17 – Ação de sensibilização para arrecadação de tampinhas plásticas no TRE-PE - set/2024

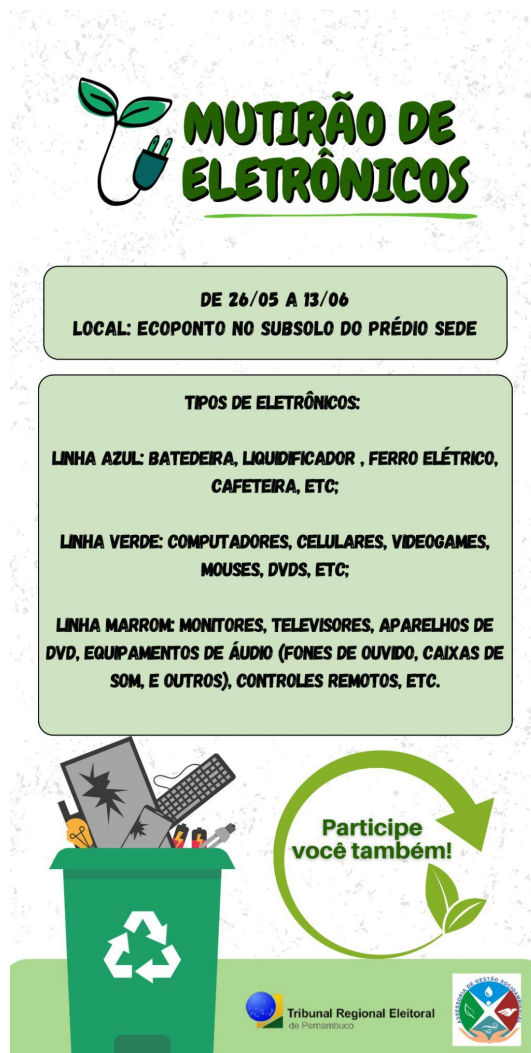


Fonte: A autora (2024).

Plano de comunicação: Foi constantemente acompanhado pelos estagiários, com a finalidade de identificar datas comemorativas e temáticas que demandem publicações no site e na intranet, visando sensibilizar e conscientizar o público interno e externo acerca de temas relevantes relacionados à sustentabilidade e à educação ambiental, relacionando cada publicação aos ODS.

Divulgação do Mutirão de Eletrônicos: Criação de folder para divulgação do mutirão de eletrônicos, promovido durante a Semana do Meio Ambiente e direcionado a todos os colaboradores do Tribunal, Figura 18.

Figura 18 – Folder de divulgação mutirão de eletrônicos - maio/2025



Fonte: A autora (2025).

Em 2024, além da divulgação do mutirão de eletrônico pela intranet, foi promovida uma ação em salas de diversos prédios do Tribunal, incluindo os edifícios Rui Barbosa, Anexo do Casarão, Sede, Bongi e Cinco Pontas, com o objetivo de

divulgar a campanha, incentivar o descarte correto dos eletrônicos e o recolhimento de alguns equipamento.

3.1.9 Auxílio no evento na Semana do Meio Ambiente

No Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho, a AGS promove um evento em alusão a essa data e durante todo o mês ocorreu a oferta de cursos em parceria com o Comitê ECOS de Pernambuco (ECOS-PE) e, em ano não eleitoral, palestra. A ECOS-PE é uma rede interinstitucional composta por instituições públicas e acadêmicas que atuam de forma integrada na promoção de ações e políticas voltadas à sustentabilidade no Estado de Pernambuco. Esses cursos são ofertados em formato remoto e são contabilizados como indicador de capacitação em sustentabilidade para o CNJ e como adicional de qualificação para os servidores. No dia do evento, realizado em 5 de junho, foi promovida uma palestra, coffee break e a exposição de diversos stands, com comercialização de plantas ornamentais, artesanatos e produtos confeccionados pela associação de costureiras do Recife. A associação utilizou as bandeiras de propaganda eleitoral apreendidas, doadas pelo Tribunal, para confecção de bolsas ecológicas (ecobags), capas de almofadas, adereços de cabelo como tiaras e prendedor de elástico entre outras peças, evidenciando práticas de economia circular e reutilização de materiais que seriam descartados. Além da divulgação do evento por meio da internet e da intranet, os estagiários realizaram visitas a todas as salas do prédio da Sede do Tribunal, convidando os servidores e colaboradores a participarem do evento.

3.1.10 Auxílio na divulgação de Edital de Chamamento público para contratação de associação ou cooperativa de catadores de materiais recicláveis

Auxílio na divulgação e no recebimento de documentação referente ao edital de chamamento público: O processo envolveu a seleção de associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, para realização da coleta de resíduos recicláveis e reutilizáveis, com o objetivo foi estabelecer contratos

voltados à prestação de serviços de coleta de resíduos. A divulgação foi realizada por meio do site do TRE, envio de e-mails e contato telefônico com as instituições.

3.1.11 Auxílio nos estudos de consumo de papel para estabelecimento de cotas

Auxílio nos estudos para elaboração de cotas de consumo de papel: É realizado o levantamento de todas as unidades administrativas, secretarias, centrais de atendimento, cartórios e zonas eleitorais, considerando a quantidade de eleitores, o objetivo foi determinar a quantidade de resmas de papel que foram destinadas a cada unidade. Em 2025, foram incluídas também as unidades com e sem biometria cadastrada.

4 CONTRIBUIÇÕES DO ESTÁGIO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O estágio contribuiu de forma significativa para o aprimoramento profissional, proporcionando a oportunidade de vivenciar, na prática, os conteúdos teóricos abordados em sala de aula. A compreensão e aplicação de ferramentas para a elaboração de documentos e relatórios, bem como o desenvolvimento de competências técnicas, comportamentais e interpessoais. Neste tópico, serão destacadas a relação do estágio com a formação acadêmica e as demandas do ambiente de trabalho, assim como os principais desafios enfrentados e os aprendizados obtidos a partir dessas experiências.

4.1 Contribuições do estágio para a estudante

Durante as atividades desenvolvidas na Assistência de Gestão Socioambiental, o estágio contribuiu significativamente para o desenvolvimento profissional, promovendo o aprimoramento de competências e habilidades técnicas relacionadas à área de atuação. A vivência prática, aliada aos conhecimentos adquiridos ao longo da formação acadêmica, proporcionou impactos positivos tanto na trajetória profissional quanto no crescimento pessoal.

O estágio possibilitou a aplicação prática de conhecimentos voltados à promoção de boas relações interpessoais e socioambientais, por meio da participação em campanhas e ações de sustentabilidade e educação ambiental. Também permitiu o desenvolvimento de habilidades relacionadas à gestão adequada de resíduos sólidos, bem como à utilização de ferramentas institucionais, como o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e o programa GHG Protocol. Além disso, foram adquiridos conhecimentos sobre políticas públicas socioambientais e sua aplicação no âmbito do Poder Judiciário, ampliando a compreensão sobre a importância da gestão sustentável na administração pública.

4.2 Relacionamento entre o curso e o estágio

A relação entre a formação acadêmica e o estágio supervisionado contribuiu significativamente para o desenvolvimento profissional e pessoal, pois possibilitou a vivência prática das competências técnicas e profissionais adquiridas ao longo do curso, contribuindo para a consolidação de uma formação profissional qualificada e alinhada às exigências do mercado de trabalho. No Quadro 2, são apresentadas as disciplinas que mais contribuíram para o desenvolvimento das atividades realizadas durante o estágio.

Quadro 2 – Disciplinas com maior destaque durante o estágio

Relações Interpessoais Socioambientais	1º período
Expressão Gráfica aplicada	1º período
Comunicação em Educação Ambiental	2º período
Legislação Ambiental	3º período
Avaliação de Aspectos e Impactos Ambientais	3º período
Instrumentos e Sistema de Gestão Ambiental	3º período
Gestão de Resíduos Sólidos	4º período
Mudanças Climáticas	4º período
Planejamento Ambiental	5º período

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

As disciplinas apresentadas no Quadro 2 contribuíram para o desenvolvimento de conhecimentos e competências aplicadas durante o estágio

supervisionado, abrangendo aspectos relacionados à gestão ambiental, sustentabilidade, legislação, comunicação e planejamento ambiental. A seguir, são descritas as principais contribuições de cada disciplina para as atividades desenvolvidas.

4.2.1 Relações Interpessoais Socioambientais (1º período)

No decorrer do estágio, foram realizados diversos diálogos e ações que demandaram comunicação constante com servidores, colaboradores terceirizados e cooperativas. Nessas interações, foi necessário adaptar a linguagem ao público-alvo, utilizando uma comunicação mais formal em situações relacionadas ao Poder Judiciário e uma linguagem mais acessível e menos formal ao tratar com o público em geral.

4.2.2 Expressão Gráfica aplicada (1º período)

Os conhecimentos adquiridos na disciplina contribuíram para a elaboração de diversas peças gráficas utilizadas nas ações de comunicação e sensibilização ambiental desenvolvidas durante o estágio. A Figura 19, apresenta um exemplo de material produzido para a divulgação da Feirinha de Orgânicos.

Figura 19 – Folder de divulgação da Feirinha de Orgânicos - maio/2025



Fonte: A autora (2025).

Além do folder apresentado acima, foram elaboradas outras peças gráficas como folder para divulgação do mutirão de eletrônicos, sinalizações e campanhas promovidas pela AGS. Todo o material foi produzido utilizando a ferramenta Canva.

4.2.3 Comunicação em Educação Ambiental (2º período)

A comunicação ambiental desempenhou papel fundamental nas atividades de orientação, esclarecimento de dúvidas e sensibilização, demandando a adaptação da linguagem ao público-alvo em cada situação. A Figura 20, apresenta uma ação de educação ambiental realizada com colaboradores terceirizados.

Figura 20 – Ação de educação ambiental sobre coleta seletiva com terceirizados – maio/2024



Fonte: A autora (2024).

A ação foi importante por ajudar na conscientização sobre coleta seletiva, reciclagem e destinação correta dos resíduos. Também contribui para mudar atitudes e incentivar práticas mais sustentáveis no dia a dia.

4.2.4 Legislação Ambiental (3º período)

A realização de pesquisas sobre a legislação ambiental vigente integra a rotina de atividades, visando garantir a conformidade dos documentos institucionais com as normas aplicáveis. Entre as aplicações desse acompanhamento destacam-se a elaboração de relatórios de sustentabilidade, análise de critérios de sustentabilidade e a elaboração dos editais de chamamento público.

4.2.5 Políticas Públicas Socioambientais (3º período)

As políticas públicas socioambientais voltadas ao Poder Judiciário consistem em ações e diretrizes destinadas à promoção da sustentabilidade ambiental e da responsabilidade social nas atividades institucionais. Essas iniciativas buscam

reduzir os impactos negativos, utilizar os recursos públicos de forma eficiente e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

4.2.6 Avaliação de Aspectos e Impactos Ambientais (3º período)

Sempre que alguma atividade promovida pelo Tribunal possa gerar impacto negativo, foi realizada a Avaliação de Aspectos e Impactos Ambientais, com o objetivo de identificar possíveis efeitos ao meio ambiente e buscar alternativas que contribuam para sua mitigação ou prevenção. Esse processo é desenvolvido com base em referências normativas e instrumentos técnicos, como a Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, além do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Termo de Referência (TR). Para aquisição de bens, locação de materiais e contratação de serviços, são utilizados como referência o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e o Guia Prático de Licitações Sustentáveis do Superior Tribunal de Justiça. Além disso, é realizada análise das Fichas Técnicas de Enquadramento disponíveis no site do IBAMA, com a finalidade de verificar se determinado objeto, material ou atividade possui potencial de causar poluição ou contaminação ambiental. A partir dessa verificação, quando aplicável, é solicitada da empresa vencedora da licitação a comprovação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), conforme a atividade exercida.

Por meio dessas ações, o Tribunal visa assegurar o atendimento aos critérios de contratações sustentáveis, promovendo responsabilidade socioambiental, conformidade legal e otimização dos recursos públicos.

4.2.7 Instrumentos e Sistema de Gestão Ambiental (3º período)

A disciplina de Instrumentos e Sistemas de Gestão Ambiental abordou a ISO 14001:2015, norma internacional que estabelece os requisitos para a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Embora o TRE-PE não adote formalmente essa norma, ela constitui um importante referencial para a gestão

ambiental. Além da ISO 14001:2015, o Tribunal utiliza outras normas, diretrizes e referenciais na elaboração de seus relatórios de sustentabilidade, visando prestar contas à sociedade e garantir a transparência sobre a forma como os recursos públicos são utilizados para gerar impactos sociais, ambientais e econômicos positivos.

Entre os instrumentos e ações de gestão ambiental desenvolvidos pela instituição, na vivência do estágio foram destacados os seguintes instrumentos:

- Relatórios de sustentabilidade;
- Indicadores de sustentabilidade;
- Planos de ação socioambiental;
- Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE);
- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), em elaboração;
- Coleta seletiva solidária;
- Educação ambiental e campanhas de sensibilização;
- Compras públicas sustentáveis;
- Avaliação de impactos ambientais;

4.2.8 Gestão de Resíduos Sólidos (4º período)

A gestão adequada dos resíduos gerados pelo Tribunal contribui para a conscientização ambiental e para a destinação ambientalmente correta dos materiais, além de gerar benefícios sociais e econômicos para os receptores dos materiais doados. A Figura 21 apresenta a doação de bandeiras eleitorais apreendidas pela Comissão de Propaganda Eleitoral a uma associação de costureiras Costurarte, possibilitando o reaproveitamento do material, a geração de renda e o incentivo a práticas sustentáveis.

Figura 21 – Reaproveitamento de materiais – bandeiras de campanha eleitoral
- jun/2025



Fonte: A autora (2025).

O material serve de matéria-prima para as aulas de corte e costura oferecidas pela associação, é utilizado também para confecção de diversos produtos, como tiaras de cabelo, almofadas, capas de almofadas, bolsas ecobags entre outros produtos.

4.2.9 Mudanças Climáticas (4º período)

Realizou-se o levantamento e a análise das atividades desenvolvidas pelo Tribunal que possam gerar impactos ambientais, especialmente aquelas relacionadas à emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). A partir dessa identificação, são adotadas medidas de gestão voltadas à mitigação e à redução desses impactos, visando promover maior eficiência e responsabilidade ambiental. Entre as ações implementadas, destacam-se a substituição gradual de veículos convencionais por veículos elétricos e híbridos e a priorização da participação remota em eventos e reuniões, reduzindo as emissões de dióxido de carbono (CO₂), associadas aos deslocamentos por veículos e viagens aéreas.

4.2.10 Planejamento Ambiental (5º período)

A adoção de um planejamento ambiental estruturado visa à redução dos impactos socioambientais negativos decorrentes das atividades institucionais. Para

tanto, são promovidas ações e campanhas educativas de sensibilização, bem como capacitações com temáticas voltadas à sustentabilidade, incentivando a adoção de boas práticas ambientais no âmbito institucional. Essas iniciativas contribuem para a racionalização de recursos, redução de custos e fortalecimento da responsabilidade socioambiental do órgão.

4.3 Dificuldades e limitações

Durante o estágio, as principais dificuldades estiveram relacionadas ao manuseio de ferramentas como SEI, GHG Protocol, Excel e Power BI, bem como à compreensão da linguagem jurídica presente em documentos institucionais, como resoluções e portarias. Outro desafio significativo ocorreu durante as campanhas de sensibilização, que exigiam visitas às salas para dialogar com os servidores, atividade que demandava maior desenvoltura na comunicação e na expressão em público.

Apesar das dificuldades encontradas, a experiência do estágio representou um avanço na formação acadêmica e profissional, permitindo aplicar na prática os conhecimentos, técnicas e conceitos aprendidos ao longo da graduação, que foram aprimorados durante esse período.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio proporcionou acesso a diferentes plataformas de aprendizagem, como a plataforma de Educação a Distância do TRE, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e o canal do TRE no YouTube. Sempre que possível, também foi possível participar como ouvinte em cursos realizados pelas servidoras da unidade. Esses cursos de qualificação contribuíram para a melhor compreensão das demandas específicas da unidade, para o aprimoramento da formação profissional e para um melhor entendimento sobre alguns serviços eleitorais. A participação em campanhas, ações de sensibilização, reuniões e o contato com resoluções e portarias relacionadas à sustentabilidade, especialmente as estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, foram importantes para o desenvolvimento das atividades durante o estágio.

Em relação à instituição de ensino, considera-se que a inclusão de disciplinas ou a oferta de cursos de extensão voltados ao uso de ferramentas como Power BI e programas de mapeamento poderiam contribuir para a formação dos estudantes, auxiliando tanto no desenvolvimento do estágio supervisionado quanto na inserção no mercado de trabalho.

O estágio representou uma experiência significativa para a formação profissional e pessoal da discente, possibilitando compreender na prática, o funcionamento de uma Assistência de Gestão Socioambiental e sua importância no contexto da administração pública. A vivência na unidade evidenciou o compromisso institucional com as questões ambientais, demonstrando que o CNJ e os tribunais eleitorais buscam incorporar práticas de sustentabilidade e desenvolver ações voltadas à minimização dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades. Destaca-se também o acolhimento e o apoio de toda a equipe da AGS, que contribuiu significativamente para o aprendizado e o desenvolvimento das atividades relacionadas à área de atuação.

A formação em Gestão Ambiental contribui para complementar a formação técnica da discente em Saneamento, uma vez que o técnico executa e acompanha soluções ambientais, enquanto a gestão ambiental define e orienta essas ações dentro de uma visão mais ampla de sustentabilidade e planejamento. A formação acadêmica foi facilitadora para a vida profissional, proporcionando domínio em

tecnologias e metodologias de gestão interdisciplinar aplicada à Gestão Ambiental. Capacitando para elaborar documentos, administrar recursos e avaliar impactos de processos. Trata-se de uma formação voltada à sustentabilidade, com habilidades de comunicação, negociação e resolução com responsabilidade sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 14001:2015: sistemas de gestão ambiental — requisitos com orientações para uso**. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 14064-1:2022: gases de efeito estufa — Parte 1: especificação com orientação no nível da organização para quantificação e relato de emissões e remoções de gases de efeito estufa**. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021**. Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. Brasília, DF: CNJ, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 594, de 8 de novembro de 2024**. Institui o Programa Justiça Carbono Zero e altera a Resolução CNJ nº 400/2021. Brasília, DF: CNJ, 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Balanco da Sustentabilidade**. Brasília, DF: CNJ, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/balanco-socioambiental/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **FTEs - Categoria 3 - Indústria Metalúrgica - 3-9: fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia**. Brasília, DF: IBAMA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/servicos/cadastros/ctf/ctf-app/fes/lista-de-todas-as-fes/fes-categoria-3-industria-metalurgica-3-9-fabricacao-de-estruturas-metalicas-com-ou-sem-tratamento-de-superficie-inclusive-galvanoplastia>. Acesso em: 24 maio 2026.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO. **Plano de descarbonização: ciclo 2025-2026**. Recife: TRE-PE, 2025.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO. **Portaria nº 139, de 2024**. Dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (PLS/TRE-PE) para o ciclo 2021-2026. Recife: TRE-PE, 2024.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO. **Relatório de desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS): 2024**. Recife: TRE-PE, 2024.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO. **Relatório de desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS): 2025**. Recife: TRE-PE, 2025.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO. **Relatório de emissões de gases de efeito estufa (GEE): 2024**. Recife: TRE-PE, 2024.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO. **Relatório de emissões de gases de efeito estufa (GEE): 2025**. Recife: TRE-PE, 2025.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO. **Resolução nº 395, de 2021**. Dispõe sobre a Política de Sustentabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco. Recife: TRE-PE, 2021.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO (TRE-PE). **TRE-PE doa quase cinco toneladas de papelão à cooperativa de catadores. Recife, 15 maio 2025**. Disponível em:

<https://www.tre-pe.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Maio/tre-pe-doa-quase-cinco-toneladas-de-papelao-a-cooperativa-de-catadores>. Acesso em: 24 maio 2026.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO (TRE-PE). **TRE-PE participa da 19ª Primavera dos Museus com palestra sobre crise climática. Recife, 25 set. 2025**. Disponível em:

<https://www.tre-pe.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Setembro/tre-pe-participa-da-19a-primavera-dos-museus-com-palestra-sobre-crise-climatica>. Acesso em: 25 maio 2026.